

----- **ACTA N.º 2/2010** -----

-----Aos 30 dias do mês de Abril de 2010, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas, estando presentes os seguintes membros: -----

- José Albano Pereira Marques; -----
- António Agostinho Lucas da Silva; -----
- Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves; -----
- António Manuel dos Reis Álvaro; -----
- Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz; -----
- Diana Patrícia Duarte Seco; -----
- Vera Lúcia Proença Henriques; -----
- Albino Freire Bárbara; -----
- Luís Carlos Fernandes Santos; -----
- António Júlio da Silva Veiga Simão; -----
- Milena Sandra Tavares Esteves; -----
- António Rego Rodrigues Veloso; -----
- Isabel Cristina Lopes de Andrade; -----
- Frederico Manuel Martins Sena; -----
- António José Achando da Fonseca; -----
- Ana Isabel Lopes Correia; -----
- Júlio dos Ambrósio; -----
- Patrícia Cristina Figueiredo Parente; -----
- Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; -----
- Rui Manuel Dias Bernardo, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Açores, em substituição do Senhor Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio; -----
- Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal; -----
- Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz; -

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----
-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra;-----
-----José Jorge da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro;-----
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo Sérgio da Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----
-----José Manuel Umbelino Esteves, Vogal Tesoureiro da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, em substituição do Senhor Daniel Cadete Antunes;-----
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa;-----
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;-----
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais;-----
-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria;-----
-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro;-----
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----

-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas;-----

-----Micael Martins, Tesoureiro da Freguesia de Vila Boa do Mondego, em substituição do Senhor César Ferrinho de Olival.-----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros:-----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----

-----Diogo Afonso de Belfort C. P. Henriques;-----

-----Horácio Monteiro Antunes.-----

-----Em virtude do segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Deputado Horácio Monteiro Antunes ter faltado a esta sessão, foi convidado para desempenhar essas funções o Senhor Deputado António Agostinho Lucas da Silva.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e António Agostinho Lucas da Silva, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e antes do início dos trabalhos, deu a palavra ao Senhor Vereador Victor Santos.---

-----O Senhor Vereador Victor Santos passou a ler documento que de seguida se transcreve:-----

-----“Ex.^a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,-----

-----Ex.^o Senhor Vereador em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira,-----

-----Ex.^{os} Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,-----

-----Ex.^{os} Senhores Deputados Municipais, -----
-----Após as insinuações, na última reunião camarária, sobre situações pessoais e profissionais menos claras, por parte do Sr. Vereador António Silva, que alegadamente lhe foram transmitidas por elementos do PSD, e porque não faz parte da minha forma de estar na vida e na política, alimentar comentários anónimos, insinuações e especulações, decidi que irei requerer ao Senhor Presidente da Câmara, na próxima 2.^a feira, a suspensão de mandato, até que o competente Tribunal Administrativo se pronuncie sobre o diferendo legal, existente entre mim e a Administração da Marinha. Face a esta decisão, entendo que devo, através desta Assembleia Municipal, explicar aos Celoricenses, o porquê desta suspensão do mandato, explicação que, só não a apresentei ao Senhor Vereador António Silva, porque, ao fazer insinuações sobre factos e contextos que desconhece, procurou tão-somente criar suspeições. -----
-----A todos vós, Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vereador, Sras. e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Sras. e Srs. Deputados Municipais, que efectivamente foram eleitos pelos Celoricenses e os representam, tenho o dever de explicar o pedido de suspensão de mandato para que fui eleito e desde já, disponibilizar-me para prestar os esclarecimentos que entendam colocar-me. Neste âmbito, informo que está em causa a interpretação do quadro legal envolvente à Lei 31-A/2009, que regulamenta a capacidade eleitoral dos militares prevista na Lei de Defesa Nacional. Abdicar da Licença Especial prevista no referido diploma legal, conforme é entendimento da Marinha, no meu entender, não tem suporte legal e põe em causa a participação na vida pública dos militares, princípio pelo qual entendo que devo lutar e que o tribunal competente se deve pronunciar. É em prol da defesa deste princípio que suspendo o mandato, ciente que a Dr.^a Isabel Flor, tal como eu, durante o período de suspensão, irá defender, na Câmara Municipal, os interesses do Concelho de Celorico da Beira. Queria deixar claro que, após a decisão do tribunal, seja ela qual for, retomarei o cargo para o qual fui eleito, pois, foi esse o comportamento

que assumi ao candidatar-me e é esse o comportamento que os celoricenses que votaram na coligação PSD/CDS merecem e que não quero defraudar.-----

-----Agradeço à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade de prestar estes esclarecimentos e estou disponível para qualquer questão que entendam colocar-me.”-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**ASSUNTOS QUE NÃO ESTEJAM INSCRITOS NA ORDEM DO DIA**

-----De acordo com o disposto no art. 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que havia enviado três assuntos para a Assembleia Municipal, designadamente: Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Associação Portuguesa do Cão Serra da Estrela; Criação de um grupo de trabalho, em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, que num horizonte temporal de 60 dias proceda à georeferenciação das áreas do município afectadas pela ***Ailanthus altissima*** vulgo espanta-lobos e a Criação de um Grupo de Trabalho que num horizonte temporal de 90 dias elabore um Plano de Acção Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos que seja a base metodológica de uma nova estratégia na gestão dos resíduos produzidos no Concelho.-----

-----Relativamente a este último ponto, referiu que é Director de Departamento do Ambiente na Câmara Municipal de Coimbra, e como tal disponibilizou-se para colaborar no que for necessário. Disse ter tido conhecimento de uma reunião na CCDR no passado mês de Março e na qual a Câmara Municipal de Celorico da Beira não esteve presente.

Solicitou que na próxima sessão da Assembleia Municipal, seja dado conhecimento do desenvolvimento do PDM, uma vez que seria importante um acompanhamento na sua elaboração. -----

-----Por fim, disse que 30 de Abril era o último dia para as autarquias enviarem para a DGAL o Plano Final do SIADAP, pretendendo saber se o mesmo já foi, ou não, enviado e quais as quotas de Muito Bom e Excelente, que foram atribuídas. Lembrou que as notas têm influência na progressão da carreira dos funcionários. Fazendo referência ao D.L. n.º 305/2009, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, pretendeu saber se a Câmara Municipal de Celorico da Beira já considerou a sua reorganização e para quando. -----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** cumprimentou todos os presentes e começou por propor que fosse realizado no concelho uma mostra de produtos endógenos, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia. Podendo esta exposição realizar-se nos Paços do Concelho, mensalmente. -----

-----De seguida, fazendo referência à comunidade cigana que reside no concelho, disse que a autarquia de Celorico da Beira poderia contactar a Câmara Municipal de Coimbra, de forma a verificar como esta, fez a integração desta comunidade na sociedade. Fez referência a outra situação no local onde habita esta comunidade, que é a existência de uma torneira que está todo o ano aberta, dizendo que é necessário sanar esta situação. -

-----Por fim, disse ter conhecimento de uma listagem das Associações do Distrito – Concelho de Celorico da Beira, no site do Governo Civil, da qual constam 82 Associações, pretendendo saber quais os subsídios ou protocolos, que a autarquia efectuou com estas Associações. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que é do domínio público a realização de um contrato entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Empresa HSEV – Hidroeléctrica Severense, Lda.^a,

relativamente ao aproveitamento da água de Prados, pretendendo saber se de facto se celebrou este contrato, e a ser verdade, se já foram feitos alguns contactos com esta empresa; se foram convidadas outras empresas e qual o valor de investimento previsto. Pretendeu também saber, se neste contrato existe alguma cláusula que se refira à confidencialidade e se o mesmo não teria que ser autorizado pela Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** apresentou uma declaração que de seguida se transcreve: -----

-----“Dando uma vista de olhos pelo texto constitucional, facilmente se chega à conclusão que as igrejas estão separadas do Estado, são livres na sua organização e no exercício das funções e culto, o que determina que vivemos num Estado laico, assente em valores de igualdade e de liberdade, não podendo obrigar ou condicionar o cidadão a assumir posturas que não sejam ditadas pela sua própria consciência. Sendo o Estado confessamente neutro, a laicidade do estado deve ser considerada condição e fonte de tolerância política e religiosa, não podendo existir qualquer confusão entre o laicismo do Estado e o laicismo na sociedade. -----

-----Neste ano em que se comemora o centenário da República, deve ter-se em conta a importância que assumiu a Lei de 20 de Abril de 1911, separação da igreja do Estado, e o terminus da promiscuidade de interesses, assinada pelo nosso conterrâneo Dr. Afonso Costa.-----

-----Sendo a população portuguesa seguidora da religião católica, segundo estatísticas, em mais de 80%, tem de reconhecer-se o papel que esta igreja tem, onde a história, a tradição e a representatividade a distingue das demais, mas isso não pode nem deve ser argumento para a isentar da aplicação, por parte do Estado, do princípio de igualdade, podendo mesmo dar-se conta de uma quantidade de erros e lacunas entre o Estado Português e a dita igreja, a começar, desde logo, por um acordo entre as partes baptizado por Cerejeira e assinado por Salazar com o pomposo

nome de Concordata, à qual o bispo católico, Ferreira Gomes, alcunhou de concordata clerical, apelidando o regime de ditadura católica. -----

-----A 11 de Maio alguns funcionários terão tolerância, a 13 de Maio todos, a 14 mais uns poucos num verdadeiro rega-bofe de tolerâncias caracterizado pelo agradar aos sectores mais conservadores e à hierarquia da igreja católica numa autêntica (in)tolerância constitucional, tendo apenas como único ponto positivo colocar patrões e sindicatos de acordo. São milhões de euros em custos directos e indirectos, percebendo-se que com a vinda do chefe de Estado do Vaticano a Portugal ninguém sai bem na fotografia. -----

-----Em face do que foi dito só posso manifestar o meu profundo desagrado neste órgão político a que pertenço discordando completamente do encerramento dos serviços públicos e do atendimento ao cidadão.” -----

-----De seguida, o Senhor Deputado questionou o Senhor Vice-Presidente da Câmara se em Celorico da Beira, há ou não, terrenos suficientes para instalar um Hospital, ao que o Senhor Vice-Presidente respondeu que sim. -

-----O Senhor Deputado passou a ler uma Proposta que de seguida se transcreve: -----

-----“Segundo algumas fontes o Governo da República poderá apostar, a curto ou médio prazo, na construção de um Hospital no interior do País, com características de Hospital Central, permitindo que a já sacrificada região da Beira Serra fique dotada com equipamento moderno, de raiz, com condições, oferta de qualidade e múltiplas valências enquadradas nos cuidados diferenciados a prestar, contribuindo para um processo de proximidade, servindo uma população considerável, evitando deste modo deslocações desnecessárias, gastos e transtornos aos habitantes e utentes do Serviço Nacional de Saúde de todo este interior profundo. -----

-----A ser assim, e porque somos, naturalmente, parte interessada, é nosso entendimento contribuir para a discussão do tema, tendo nesta matéria primazia e autoridade moral. -----

-----Recorde-se que foi a autarquia de Celorico da Beira que, em tempo oportuno, aprovou, por unanimidade deste órgão, a cedência de terreno para a construção do Hospital Distrital da Guarda, baptizado Sousa Martins.

-----Utilizando os mesmos argumentos, poderá referir-se a centralidade do Concelho, as novas acessibilidades, o nosso micro-clima a que se soma agora a possibilidade de oferecer às populações do Distrito da Guarda, norte do Distrito de Castelo Branco, sul do Distrito de Bragança, alguns concelhos do Distrito de Viseu e de Vila Real e mesmo concelhos do interior do Distrito de Coimbra, a possibilidade de terem cuidados de saúde de qualidade a menos de uma hora de distância.-----

-----Em inúmeros países europeus as grandes unidades hospitalares do interior não se situam nos grandes centros urbanos, utilizando, para tanto, parâmetros técnicos definidos pela OMS.-----

-----A posição geo-estratégica de Celorico da Beira será reconhecida por todos, e em colaboração com as autarquias vizinhas, poderá pôr em prática um plano de investimentos onde estará seguramente a aposta no ar puro da serra, o que possibilitará a fixação da população jovem, que por aqui encontrará os atractivos necessários que garantem uma vida sadia e de qualidade, podendo mesmo afirmar-se que Celorico da Beira é o Concelho do Interior que reúne todas as condições para a instalação desta infraestrutura.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2010, aprova uma proposta que visa disponibilizar os meios considerados necessários e indispensáveis para a instalação do novo Hospital Central do Interior do País.”-----

-----Fazendo referência à proposta anteriormente apresentada, o Senhor **Deputado Armando Neves** disse que este tipo de iniciativas para o Concelho são de louvar, contudo considera que caberia ao Senhor Deputado da Nação aqui presente, honrar esta iniciativa e apresentar a proposta na Assembleia da República.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que está nesta Assembleia como Deputado Municipal, e não como Deputado Parlamentar. Em relação à proposta apresentada pelo Senhor Deputado Albino Bárbara considera ser de todo o interesse trazer este investimento para o Concelho. Referiu que há cerca de um ano atrás, havia já apresentado uma proposta no mesmo sentido, mas nessa altura não havia viabilidade, constatando que afinal estavam enganados e que de facto existe essa hipótese de concretização. Acrescentando ainda, que terá todo o gosto em discutir este assunto na Assembleia da República.

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** referindo-se à Empresa HSEV – Hidroelétrica Severense Lda.^a, disse ter efectuado uma pesquisa relativamente a esta empresa, tendo constatado que a mesma tem um Capital Social de 25 000€, um volume de negócios nos últimos dois anos de 2 000€, não fazendo parte do seu currículo a construção de mini-hídricas. Contudo, disse que independentemente de esta obra avançar ou não, que esta seja o início de olhar para as freguesias de uma forma diferente, com uma discriminação positiva daquelas que sofrem impactos ambientais de natureza diversa.-----

-----O Senhor **Deputado António Álvaro** referiu que em Prados existe um Projecto para um Parque Eólico e que na sua opinião poderia haver uma ligação entre estas duas situações. -----

-----Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foi posta a votação a Proposta apresentada, de acordo com o disposto no n.º 5, do art. 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----**PROPOSTA**-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada, pelo Senhor Deputado Albino Bárbara.**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art. 22.º, do Regimento da Assembleia municipal, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que estava a representar a Câmara por ausência do Senhor Presidente, que se encontrava em representação do Município. -

-----Em resposta ao Senhor Deputado Veiga Simão referiu que relativamente à reunião na CCDD no passado mês de Março, possivelmente coincidiu com outra reunião, daí não ter sido possível estarem presentes. Disse que na próxima Assembleia Municipal a equipa responsável pela elaboração do PDM estará presente para dar conhecimento da evolução desta. Relativamente ao SIADAP deu conhecimento de que tudo foi feito de acordo com a lei e prazos estabelecidos, de igual modo também a reorganização dos serviços da autarquia está a ser feita.-----

-----Em relação à proposta do Senhor Deputado Nuno Nascimento disse que esta iniciativa é de louvar, referindo que já se iniciou com a realização do Mercado de Produtos da Terra, no dia 24 de Abril, em cooperação com a Junta de Freguesia de Santa Maria e São Pedro. No que concerne à comunidade cigana, disse que é um problema que outros executivos também já tiveram, os terrenos ocupados são pertença de uma empresa, que já avançou com um processo de despejo. Disse que pretendem uma habitação, mas devido às dificuldades financeiras da autarquia, é complicado solucionar este problema, no entanto estão atentos a esta situação. No que concerne à questão da torneira, deu conhecimento de que os serviços já se deslocaram ao local por diversas vezes a fim de resolver a

situação, mas a situação mantém-se, acrescentando que terá de ser junto das autoridades. Disse ainda, desconhecer que sejam 82 as Associações do Concelho, no entanto, no que diz respeito aos subsídios, numa próxima reunião, irá disponibilizar essa informação.-----

-----No que concerne às questões colocadas pelo Senhor Deputado Armando Neves, referiu ter tido conhecimento de que essas mesmas questões se encontram descritas num blogue. Disse que efectivamente, foi presente a uma reunião de executivo, uma proposta de protocolo e não um contrato, não foram feitos convites a outras entidades, uma vez que foi a empresa HSEV que se dirigiu à autarquia e apresentou uma proposta. Este projecto irá permitir que o abastecimento de água seja feito com qualidade, não esquecendo o contrato com as AdZC. Deu conhecimento de que este protocolo tem a duração de um ano. Sobre a cláusula da confidencialidade, referiu que na reunião onde foi aprovado este protocolo, foi deliberado que essa cláusula fosse alterada.-----

-----Por fim, disse regozijar-se com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Albino Bárbara, relativamente à construção do Hospital.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** referiu que a questão colocada pelo Senhor Deputado Nuno Nascimento relativamente às Associações é pertinente, demonstrando que é um concelho dinâmico, uma vez que, tem 82 Associações. Disse que a Câmara tem dificuldades financeiras, e como tal, sugeria que fosse efectuado um levantamento de todas as Associações do concelho e aferir quais, são meritórias de apoio.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** ainda em relação à empresa HSEV disse que é legítimo colocar estas questões. Considera que estas iniciativas de potenciar os recursos naturais do concelho são necessárias e importantes, contudo deve escolher-se o parceiro correcto.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** em relação às 82 Associações do Concelho esclareceu que todos estes registos, não correspondem à realidade, até porque, anteriormente qualquer pessoa podia registar uma Associação, sendo que, hoje em dia são exigidos outros critérios de registo. Disse que da listagem apresentada 70% a 80% dessas Associações não têm qualquer tipo de actividade, não sendo caso único neste concelho. Relativamente a apoios concedidos a estas Associações, os mesmos constam das actas de Câmara, que podem ser consultadas através do site da autarquia. -----

-----Ainda sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado Armando Neves relativamente à empresa HSEV, considera que deveriam ser disponibilizados mais elementos à Assembleia Municipal. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----I – **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 26/02/2010**-----

-----Foi presente a acta número 1, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do dia 26/02/2010, cujo texto havia sido previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções.**-----

-----II – **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**CONHECIMENTO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 26/02/2010**---

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos pedidos de justificação de faltas por motivos de ordem profissional, apresentados pelas Senhoras Deputadas:-----

-----Milena Sandra Tavares Esteves;-----

-----Patrícia Cristina Figueiredo Parente.-----

-----**EXPEDIENTE:**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de um ofício enviado pelo Senhor Deputado Henrique Alves, comunicando que não poderia estar presente na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, por motivos profissionais;-----

-----Deu conhecimento de três requerimentos apresentados pelo Senhor Deputado Veiga Simão, relativamente a: Elaboração de um Plano de Acção Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos; Georeferenciação das Áreas do Município afectadas pela *Ailanthus altissima* e Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara municipal de Celorico da Beira e a Associação Portuguesa do Cão Serra da Estrela;-----

-----Deu também conhecimento de um ofício proveniente da Assembleia Municipal do Funchal, agradecendo o voto de pesar e de solidariedade, pelos trágicos acontecimentos ocorridos a 20 de Fevereiro último, enviado por esta Assembleia Municipal;-----

-----Deu ainda conhecimento de um ofício proveniente da Assembleia Municipal de Seia, relativamente a uma Moção sobre as acessibilidades IC6, IC7 e IC37.-----

-----**III – INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente data, documento que se anexa à presente acta **(anexo I)**.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** usou da palavra para se referir aos aspectos mais relevantes da actividade municipal, que constam de documento escrito e distribuído por todos os presentes.-----

-----Fez referência aos eventos realizados pelo Município com maior destaque, ou seja: Dia Internacional da Protecção Civil; Concerto de Angariação de fundos para ajudar na reconstrução do arquipélago da Madeira, com a Banda Filarmónica de Vale de Azares em conjunto com as Juntas de Freguesia de Santa Maria e São Pedro e a Câmara Municipal de Celorico da Beira; Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial da Água. -----

-----Em relação ao Gabinete de Inserção Profissional deu conhecimento da realização de uma Feira de Emprego/Formação e Empreendedorismo, no dia 6 e 7 de Maio no Mercado Municipal, convidando todos os presentes.

-----**IV – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2009**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por unanimidade, em reunião do Executivo, realizada no dia vinte e seis de Abril de dois mil e dez, que fica a fazer parte integrante desta acta (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que a autarquia encontra-se numa situação económica/financeira difícil. Disse que as percentagens de execução orçamental no ano de 2009 foram de 36,08% na despesa e 35,93% na receita, revelando um ligeiro decréscimo relativamente a 2008. -----

-----Disse que esta Câmara herdou um passivo bastante elevado. Relativamente às obras financiadas pelo INTERREG, como por exemplo: Recuperação do Castelo de Celorico da Beira e respectiva Torre de Menagem, bem como, outras obras, disse que se caracterizam por factura passada, fluxo de saída correspondente do município, sendo o pedido de reembolso efectuado apenas quando esta última se realizar, infelizmente a

recuperação da taxa financiada é efectuada tardiamente e em exercícios subsequentes. -----

-----Disse que existe também uma elevada taxa de execução física nas obras de Santa Eufêmea, Santa Luzia e Biblioteca Municipal, o que contribuiu de igual forma para as dificuldades de tesouraria. Referiu que o prolongamento de saneamento e redes de água que foi efectuado na grande maioria das freguesias. -----

-----Salientou que na conta 62 Fornecimentos e Serviços Externos foi adquirido material para realização de obras, consideradas igualmente estruturantes, a este exemplo citou Celorico Gare, com a realização da ampliação do cemitério, bem como, obras de arruamentos e águas pluviais. Disse que o Património do Município de Celorico da Beira reflecte um aumento em imobilizado corpóreo e bens de domínio público na ordem de 1,4 milhões de euros, reflectindo em primeiro lugar a atenção do Executivo num claro investimento em despesas de capital, consideradas estruturantes, traduzindo após a sua conclusão em imobilizado em curso, cerca de meio milhão de euros de possibilidade de realização financeira pela alienação de lotes para construção, citando, o lote junto ao mercado municipal, bem como, os lotes para venda no Bairro das Ingotas, sendo este último, um investimento pesadíssimo que o executivo herdou, e que ano após ano, se mantém, tendo o executivo, intervencionado esta obra.----

-----De seguida, disse que a taxa de execução orçamental teve um decréscimo, representando uma herança do passado. Relativamente às despesas com o Pessoal, representam um aumento cerca de 469 mil euros, sendo que, este aumento justifica-se pelas promoções de carreiras, reclassificações, frequência de acções de formação para valorização dos funcionários, aumentos salariais e actualização de carreiras/promoções, ou seja, funcionários que há muitos anos não progrediam, que “estavam de castigo”. Fez também referência às acções judiciais provenientes do passado, relativamente a actualizações da carreira dos funcionários, que foram agora ressarcidos daquilo a que tinham direito.-----

-----Na área da educação tiveram que contratualizar pessoal, designadamente auxiliares de acção educativa, Professores das AEC's, que também se reflecte nesta conta. Em matéria de contratação de novos colaboradores, disse que foi necessário posicionar alguns em áreas que se justificam pela amplitude de acção do Turismo/Educação/Equipamentos, a salientar, Castelo de Linhares da Beira, Castelo de Celorico da Beira, Escola Museu de Salgueirais, Casa Mundo Rural de Prados, Moinhos da Rapa, Escolinha de Futsal, Escola de Ténis e Andebol, entre outros.-----

-----Disse que o executivo considera a necessidade de reafecção de funcionários, bem como, dos próprios horários. Estão conscientes do peso que o pessoal tem nesta envolvente, contudo estão a trabalhar nesse aspecto. -----

-----Em relação à Função Social, foi feito um investimento junto das famílias mais carenciadas do concelho, nomeadamente nas habitações e conforto das famílias mais necessitadas, tendo sido intervencionadas mais de 30 habitações, colocando-se telhados, divisões de casa de banho e conforto mobiliário, atribuído às famílias. Todas estas intervenções foram realizadas por colaboradores do Município, bem como, com colaboração das Juntas de Freguesia. -----

-----Deu conhecimento de que a taxa de desemprego no concelho é de 3,7%. Referiu ainda, que o aumento das despesas com pessoal é de facto acentuado, mas justifica-se, por toda a intervenção feita, quer a nível Cultural, Desportivo, Educação, mas sobretudo, a nível Social. -----

-----Quanto ao passivo, salienta que houve um decréscimo na dívida de médio e longo prazo na ordem de 1 milhão de euros, no entanto, as dívidas de curto prazo não tiveram o mesmo comportamento, tendo tido um aumento de 1,9 milhões de euros. Este aumento encontra-se reflectido na conta 26, bem como, na conta 22. A conta 22 reflecte as obras mencionadas e justificadas nos trabalhos para a própria empresa que traduziram um aumento da valorização do activo. -----

-----No que concerne ao PREDE disse que embora tenha sido aprovado em 2009, apenas se reflectiu financeiramente e contabilisticamente em Abril de 2010. Relativamente à Demonstração de Resultados disse que os Resultados Operacionais eram positivos e os Resultados Correntes eram menos negativos que em 2008. O Resultado Líquido do Exercício apesar de apresentar um resultado negativo, é claramente afectado pela constituição das provisões para riscos e encargos. Esta provisão constitui garantia à dívida das AdZC, que se aprovisionou, reflectindo a total transparência do executivo. -----

-----De seguida, mencionou outras situações do passado: quando este executivo tomou posse, no primeiro mandato, existia uma dívida à ADSE no valor de 731 mil euros que neste momento se encontra controlada; em relação às estradas, disse que anteriores executivos tiveram uma proposta da tutela para um empréstimo (que não contava para o endividamento) para pagar a requalificação das estradas do concelho, mas não obtiveram resposta por parte do Município. A Câmara recebeu as estradas e as verbas, no entanto, alegou que não havia necessidade de serem intervencionadas. Actualmente, as Estradas de Portugal requalificaram as estradas noutros concelhos, mas os Municípios não as aceitaram, concluindo, Celorico da Beira está a candidatar as acessibilidades, cuja prioridade e apoio em termos de percentagem é mínima (40 a 45%), uma vez que são estradas municipais. Esta situação já devia ter acontecido há muito tempo, questionando: O porquê dos responsáveis que por cá passaram não o terem feito? E as verbas foram aplicadas noutro tipo de intervenção?-----

-----Referiu também a dívida à EDP que quando tomaram posse, no primeiro mandato, ultrapassava o milhão de euros e que foram pagando; a dívida de 174 mil euros da Empresa Municipal à Segurança Social e que se encontra em Tribunal. Falou na dívida à MRG em que anteriores executivos fizeram um acordo de cedência de dívida de 5 milhões de euros. -----

-----Disse que este executivo apesar do aumento de dívida fez investimentos estruturantes que irão dar frutos a curto prazo. No caso dos funcionários, é-lhes exigida maior formação, maiores qualificações, sendo que, os vencimentos acompanham estas situações. Disse ainda, que se a autarquia avançasse para o saneamento/reequilíbrio financeiro, o concelho deixaria de ter investimentos, bem como, candidaturas. Além disso, os funcionários do quadro da autarquia, também estariam em causa. -----

-----Esteve presente nesta reunião, o Técnico da Contabilidade, José Tavares para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** felicitou o técnico José Tavares pelo esforço efectuado e profissionalismo demonstrado na apresentação das contas. Referindo-se ao Senhor Vice Presidente é da opinião que a apresentação efectuada não corresponde aos dados constantes nos documentos oficiais. -----

-----Referiu que o Senhor Vice-Presidente se refere constantemente às heranças, sendo já um assunto recorrente. Na sua opinião deveria também fazer referência às coisas boas que herdaram, dando como exemplo, o Programa de Apoio ao Associativismo, que foi regulamentado e aprovado em reunião de executivo, acrescentando, desconhecer que o mesmo tenha sido revogado e como tal, este executivo continua a atribuir subsídios à margem deste programa. -----

-----De seguida, fazendo referência ao Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2008, relativamente a Municípios com menor grau de execução da receita cobrada, em relação ao orçamento da receita, Celorico da Beira aparece com 39,6%. Mencionou também o facto de Celorico da Beira constar da lista dos Municípios com menor Liquidez. -----

-----Relativamente à Prestação de Contas fez referência às despesas correntes e às despesas de capital. No que concerne à Despesa com o Pessoal disse que houve um acréscimo de 2008 para 2009 de

remunerações no valor de 397.650,36€, pretendendo saber o porquê deste aumento, e, se foram efectuadas contratações de pessoal qualificado, para que infra-estruturas.-----

-----Sobre a execução anual das actividades mais relevantes, referiu que estava previsto uma execução no valor de 558.410,00€ e apenas foi executado o montante de 31.401,90€. Disse também que na execução anual das GOP's, para o Programa de Apoio ao Investimento – FINICIA, estava previsto o montante de 50 mil euros e foi executado zero, constatando que os montantes executados estão todos a zero, à excepção dos eventos. No total previa-se executar 4.416.996€ e apenas se executou 1.034.850,72€, resultando uma percentagem de 23,43€.-----

-----No que concerne à Certificação Legal de Contas, disse que o ROC refere não ter sido possível pronunciar-se sobre as contas consolidadas em virtude de até à presente data não terem sido disponibilizadas, questionando o porquê de as mesmas não terem sido enviadas. Disse que o parecer refere também que a dívida à ADSE no montante de 731.057,13€ relevada na contabilidade da autarquia, e resultante dos encargos com o reembolso das despesas de saúde dos funcionários encontra-se em mora. -

-----Por fim, disse que o resultado das operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, só revela que o Orçamento de 2009 era péssimo.-----

-----O Senhor **Deputado Veiga Simão** agradeceu ao funcionário da autarquia pela forma como explanou a Prestação de Contas, no entanto, reforçou o que o Senhor Deputado Armando Neves referiu relativamente ao parecer do ROC, quer em relação às contas da Câmara, quer em relação às contas da EMCEL, sendo que, a autarquia deveria ter mais atenção a estes pareceres.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por dizer que este executivo teve a particularidade de recuperar verbas do FEF. Os aumentos

com pessoal decorrem das novas competências e responsabilidades que o Estado transferiu para as autarquias, não atribuindo as devidas compensações financeiras, dando como exemplo, na área da Educação, as vigilantes dos autocarros.-----

-----Referiu que este executivo está a fazer uma gestão moderna e por objectivos e que as contas desta Câmara estão más, admitindo a crítica, mas não de uma forma derrotista.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por dizer que o sonho faz parte de algo do passado e que deve ser recordado, sendo que o passado desta Câmara irá acompanhar sempre este executivo. -----

-----Deu os parabéns ao Senhor Vice-Presidente da Câmara pela forma como apresentou as Contas, ou seja, com uma visão optimista e não derrotista. -----

-----Disse que o Senhor Vereador António Silva, que hoje não se encontra presente nesta Assembleia, sempre referiu que a situação financeira da autarquia era difícil, e como tal era necessário tomar medidas.-----

-----Referiu que não deveriam discutir anuários, mas sim trabalhar em prol do concelho. A bancada do MAJUSP não faz ligações com o seu Vereador da Proximidade e como tal não vêm devidamente preparados.-----

-----Por fim, deu também os parabéns ao Técnico José Tavares, pela forma como explanou a Prestação de Contas.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** referiu não estar nesta Assembleia de forma derrotista, mas há que ser realista no modo como se olha para as contas, verificando-se um aumento exponencial de dívida, acentuado pelas promessas e favores eleitorais. -----

-----Usando da palavra, o Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que ao contrário do que foi dito, não dá os parabéns ao Técnico da Câmara pela

explicação das Contas, uma vez que não reflecte o que de facto se passou na reunião de Câmara, havendo até algumas incorrecções.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** começou por referir que o funcionário da autarquia, teve a coragem de estar presente nesta Assembleia a apresentar as Contas e se houve alguma imperfeição, o mesmo, assumiu-a no início da sua exposição. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que na Assembleia se deve discutir política. Referiu que a Prestação de Contas foi elaborada com rigor. Em relação ao Associativismo disse ter tido pena, de não ter herdado essa parte boa. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa Assembleia Municipal nos termos do Regimento fez uma interrupção de dez minutos.-----

-----Após o recomeço dos trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu 30 segundos a cada bancada, para a conclusão deste assunto.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que no calor das discussões dizem-se coisas que depois levam ao arrependimento, e como tal apelou à serenidade e ao rigor das intervenções dos Senhores Deputados, para o bem do concelho. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse saber distinguir as suas relações pessoais das profissionais. Relativamente ao Associativismo, disse que apenas havia referido que deixou o seu contributo na elaboração deste Programa.-----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** disse que este tipo de situações não abona em nada os destinos do concelho, deve haver respeito entre todos os Deputados e as críticas devem ser feitas de uma forma construtiva. -----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2009 a votação, foram os mesmos aprovados por maioria, com quatro votos contra e seis abstenções.** -----

-----**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta.** -----

-----**V – APROVAÇÃO DA CONTRACÇÃO DO EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE 1 050 072,00€- HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, acompanhada de um Relatório de Análise das Propostas apresentadas para Contracção de um Empréstimo, no valor de 1 050 072,00€, que fica apensa a esta acta (**anexo III**).-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por esclarecer que no ano de 2001, foi feita uma proposta no sentido de se criarem condições para realojar, provisoriamente, todas as pessoas com casas pré-fabricadas do Bairro de Santa Luzia, proposta essa, que foi aprovada, por unanimidade. Foi também feita uma proposta no sentido de serem realojadas, definitivamente, as pessoas residentes nas mesmas e que tenham sido os primeiros titulares, logo que as construções estejam concluídas, oferecendo-lhes gratuitamente um apartamento T2, proposta essa, que também foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Deu conhecimento de que foram vendidos alguns apartamentos em conjunto com a empresa MRG com o propósito de liquidar dívida. Quanto aos restantes são para realojarem as famílias que se encontram instaladas em casas particulares, cuja renda é suportada pela autarquia. -----

-----Disse que foi celebrado um Acordo de Colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o qual permite aceder ao município ao apoio financeiro do PROHABITA. Todas as habitações financiadas ao abrigo do Programa PROHABITA destinam-se a residência permanente dos agregados familiares com grave carência habitacional, identificados no processo de candidatura apresentado pelo município ao IHRU, e são atribuídos, em Regime de Renda Apoiada.-----

-----Disse ainda, que as pessoas após tantos anos irão ser realojadas, até porque, é um direito que têm.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** relativamente a este assunto disse estar solidário para com estas pessoas, que necessitam de uma habitação condigna. No entanto, pretendeu saber se existe algo escrito em acta relativamente à promessa de atribuição dos T2 gratuitos. E referiu que a alienação do terreno à MRG foi aprovada em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, por deputados que estão aqui hoje.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que como já havia referido anteriormente, consta em acta do ano de 2001, a atribuição dos T2 gratuitamente a estas pessoas. Disse ainda, que alguns elementos aqui presentes também votaram a favor e que hoje ao fazerem o mesmo, irão contribuir para que estas pessoas tenham uma habitação condigna.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com quatro abstenções, autorizar a proposta de contracção de um empréstimo no valor de 1 050 072,00€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.**-----

-----**Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.**-----

-----**VI – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP's – 2010**-----

-----Foi presente uma proposta da Câmara Municipal, que fica apensa a esta acta (**anexo IV**), para aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2010.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que esta Revisão fica a dever-se essencialmente à necessidade de dotação orçamental para a execução dos projectos co-financiados, por fundos comunitários que não estavam incluídos inicialmente nas Grandes Opções do Plano de 2009, nomeadamente os projectos dos parques industriais e acessibilidades.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco abstenções, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2010.**

-----**Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.**-----

-----**VII – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2009, DA EMCEL**-----

-----Para efeitos da alínea c), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, com as alterações da Lei cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, foram presentes o Relatório de Gestão e Contas da EMCEL relativos a 2009, que ficam apensos a esta acta (**anexo V**), tendo o Senhor Vice-Presidente da Câmara feito a respectiva apresentação.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que o Relatório de Gestão é suficientemente expressivo da realidade da EMCEL. Em 2009 continuou a exigir uma elevada comparticipação de capital da Câmara Municipal.-----

-----Disse que esta situação também foi originada pelo pagamento das indemnizações aos funcionários, que na altura foram dispensados. Deu

como exemplo, algumas situações que ocorreram na EMCEL, como o salário de um responsável que era equiparado ao de um Vereador; a dívida de 400 mil euros e que termina este ano, de chapéus-de-sol, mesas e cadeiras italianas, cujo paradeiro das mesmas se desconhece. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** referiu que a EMCEL presta serviços na área da Educação e para isso foi necessário contratar pessoal, referindo que anteriormente havia excesso de pessoal e foi feito um despedimento colectivo, considerando uma incongruência. De seguida, questionou o que é que o executivo pretende fazer em relação à EMCEL. ---

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que irá ser feita uma reestruturação na EMCEL ao nível de colaboradores, até porque, alguns funcionários não estão interessados na sua missão, sendo a empresa fortemente penalizada. Deu conhecimento que aquando da tomada de posse, em 2005, da existência de uma dívida à Segurança Social no valor de 174 mil euros. -----

-----Disse que os Estatutos da EMCEL foram alterados e incluída a Educação, tendo sido necessário proceder à contratação de tarefeiras, cujo contrato termina em Junho/Julho. Na sua opinião, o mais importante é a segurança dos alunos e que os motoristas estejam certificados. -----

-----Disse ainda, que desde que este executivo tomou posse e sem qualquer tipo de comparticipação da tutela, já possui cerca de 15 auxiliares de Educação cujas despesas são suportadas pelo Município. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**VIII – AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA A INTEGRAR O AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DA BEIRA INTERIOR E A**

DIPUTACIÓN PROVINCIAL DE SALAMANCA (BIN-SAL, AECT) E APROVAR O CONVÉNIO E OS ESTATUTOS DO BIN-SAL, AECT -----

-----Foi presente documento relativamente ao Convénio e Estatutos do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre os Municípios da Beira Interior Norte e a Diputación Provincial de Salamanca, que se anexa a esta acta (**anexo VI**).-----

-----Relativamente ao assunto supramencionado, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que se trata de um novo instrumento jurídico para a cooperação territorial no âmbito da União Europeia, que se consubstancia na possibilidade de criação de entidades públicas, dotadas de personalidade jurídica, com o objectivo de facilitar e promover a cooperação territorial entre os seus membros, tendo em vista reforçar a Coesão Económica Social. -----

-----O AECT é uma figura jurídica particularmente adequada para executar acções ou projectos de cooperação, envolvendo parceiros estabelecidos em diferentes Estados Membros, nomeadamente aqueles que possuam co-financiamento da União Europeia, através dos fundos estruturais.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o Município de Celorico da Beira a integrar o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre os Municípios da Beira Interior e a Diputación Provincial de Salamanca, através da aprovação do Convénio e Estatutos do BIN-SAL, AECT.**-----

-----**Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta.**-----

-----**IX – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta (**anexo VII**), para apreciação e aprovação.-----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico Pedro Patrício para efectuar uma explicação mais detalhada relativamente a este assunto.-----

-----O Técnico começou por dizer que a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais, definindo que estas são devidas pela prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens de domínio público e privado das autarquias ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da Lei.-----

-----Disse que o estudo apresentado, visa fundamentar numa perspectiva económico-financeira o valor das taxas a cobrar pelo Município de Celorico da Beira, através da identificação dos custos directos e indirectos, dos encargos financeiros, das amortizações dos bens patrimoniais e da previsibilidade de realização de novos investimentos, imputáveis a cada uma das taxas, pela prestação de um serviço público, na utilização privada de bens de domínio público e privado da autarquia ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.-----

-----Após análise da informação existente e uma vez que o Município de Celorico da Beira já implementou a contabilidade de custos, foram tidos em conta os valores apurados no ano de 2009, por cada um dos serviços previamente definidos pela autarquia.-----

-----Em conclusão, disse que a autarquia na definição do valor das taxas deverá ter em consideração o princípio de equivalência jurídica, prevista no n.º 1, do art. 4.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, não devendo o mesmo ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. O n.º 2 do mesmo artigo, permite contudo que o

valor das taxas possa ser agravado pela definição de critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações.-----

-----Relativamente a este Regulamento, o Senhor **Deputado Veiga Simão** apresentou uma proposta de estudo e rectificação das taxas, que se anexa a esta acta (**anexo VIII**). -----

-----Como proposta de estudo, fez referência ao Capítulo I – Taxas do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que não obstante a forma como se apresenta a diferenciação das operações e intervenções possíveis, relaciona-se com o período de duração e a área bruta (m2), existindo ainda a possibilidade de estabelecimento de equações dinâmicas de cálculo. -----

-----Fez também referência a uma proposta de rectificação, relativamente ao Capítulo II – Taxas pela Prestação de Serviços Administrativos e Concessão de Documentos, referindo que se verifica a impossibilidade legal de cedência dos itens constantes nos artigos 57.º, 58.º e 59.º por um valor de retorno, uma vez que estão sujeitos a regras consagradas pelos direitos de autor; que os valores de cedência das viaturas municipais, previstos no artigo 69.º, parecem de um modo geral reduzidos; o artigo 72.º relativo a Inspeção e manutenção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes previsse dois itens importantes, que seria a taxa de selagem de elevadores e a taxa para a realização de inquéritos em caso de acidentes; o artigo 88.º, relativo ao serviço médico-veterinário, a ausência de uma taxa de captura de animais, uma taxa de entrega de animais mortos e uma taxa de sequestro de animais por dia. -----

-----Relativamente ao Capítulo III – Taxas do Regulamento dos Cemitérios considera importante que no artigo 96.º estivesse prevista uma taxa para a possível transladação para outro cemitério. -----

-----No que concerne ao Capítulo V – Taxa de Regulamento de Publicidade, disse que no artigo 105.º, deveria estar prevista uma taxa diferenciada para a publicidade sonora em fonte fixa e em fonte móvel, à

qual deverá corresponder uma taxa consideravelmente superior à fonte móvel; sobre a taxa de publicidade pela poluição ambiental/visual, prevista no artigo 106.º, deveria ser mais diferenciada, por exemplo, em bandeirolas, faixas, pendões, cartazes, toldos, dísticos, etc.; no artigo 109.º relativo a taxa de lixo monstro, considera desproporcionada a taxa de 40€ por deslocação para a respectiva recolha, uma vez que penaliza fortemente o detentor de pequenas quantidades de “lixo monstro” que queira dar-lhe um encaminhamento correcto, favorecendo conseqüentemente o aparecimento de depósitos ilegais. Ao invés, sugere uma taxa que tenha em consideração duas variáveis essenciais: o peso dos resíduos a recolher e os quilómetros percorridos. -----

-----O Senhor **Deputado Amando Neves** disse partilhar de algumas das preocupações apresentadas pelo Senhor Deputado Veiga Simão. De seguida, referiu que na reunião da Comissão Permanente havia sido referenciada uma situação, relativamente ao valor das sepulturas perpétuas, que aumentou de 500€ para 1500€, considerando um valor desajustado, atendendo às dificuldades financeiras dos municípios. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** relativamente à proposta de estudo e rectificação entregue pelo Senhor Deputado Veiga Simão e à recomendação do Senhor Deputado Armando Neves disse que o Executivo irá ter em consideração as mesmas e que serão objecto de estudo, de forma a verificar a sua exequibilidade. -----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com uma abstenção, aprovar o referido Regulamento.** -----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.** -----

-----Declaração de voto conjunta das bancadas PSD e MAJUSP: -----
-----“Votamos a favor o ponto 9 da ordem de trabalhos, relativamente ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, no pressuposto do que foi referido anteriormente pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.” -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número um, do artigo vinte e um, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----O Senhor Alfredo Rocha começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que no dia 7 de Março, as Juntas de Freguesia de Santa Maria e São Pedro em colaboração com a Banda “Os Bazófiás”, organizaram um jantar convívio cujas receitas revertiam a favor da Madeira, considerando esta iniciativa de louvar, dando os parabéns à Banda de Vale de Azares. -----

-----De seguida, disse que no dia 21 de Março, foi realizada uma caminhada que teve início no Castelo de Celorico da Beira até às Quintas do Salgueiro, estranhando o facto, de não estar nenhum membro da Junta de Freguesia do Fornotelheiro presente. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro** esclareceu que a Junta de Freguesia não teve conhecimento de tal iniciativa e como tal não poderia estar presente. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, à meia-noite e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

